

Nova configuração da economia brasileira

Ficou claro, em 2001, que a configuração da economia brasileira mudou. Essa mudança é resultado da convergência de quatro fatores: a cultura da estabilidade econômica, a governabilidade política, a competitividade das empresas e a solidariedade social.

Ao fim do primeiro trimestre de 2001, quando a taxa de crescimento foi de 4,33%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, havia razão para prever que o produto real pudesse ter uma expansão superior a 4% durante todo o ano.

Por falhas em uma das mais importantes políticas setoriais, sobreveio uma grave crise de energia. Para evitar um colapso, previsível pelos baixos níveis das represas do sistema de hidreletricidade, o governo instituiu o racionamento e obrigou os consumidores a cumprir metas de consumo inferiores ao gasto habitual, criando problemas para a produção e até para o dia-a-dia das famílias. A população compreendeu a dimensão do problema e, em uma admirável demonstração de consciência coletiva, a maioria manteve o consumo dentro dos limites determinados.

As empresas racionalizaram o uso da energia e muitas se preveniram contra o pior, investindo na

compra de geradores. Essa mobilização contribuiu para que as consequências da crise, apesar de sérias, fossem menores do que o esperado.

Embora tivesse contado com o apoio da maioria, o racionamento desencadeou uma onda de pessimismo no País. As previsões para os indicadores econômicos refletiam esse pessimismo. Analistas chegaram a calcular que o PIB teria um crescimento inferior a 1% e que as metas econômicas estabelecidas pelo governo não seriam cumpridas por causa de uma queda na arrecadação. Isso não aconteceu e o crescimento do PIB em 2001 está estimado em 1,78%.

A falta de energia teve efeito sobre o nível de crescimento nos meses subsequentes, mas não abalou os fundamentos da economia brasileira. Na realidade, esses fundamentos chegam fortalecidos a 2002.

O governo manteve sob controle o déficit público com uma rígida política fiscal voltada para a produção de superávits primários (não incluem os juros). A estimativa para o ano passado é de 3,5% do PIB.

Tivemos também uma turbulência cambial. Em razão das incertezas geradas pela conjuntura externa, especialmente pela crise argentina, o dólar disparou, saltando de R\$ 1,84 em 29 de se-

tembro de 2000 para o pico de R\$ 2,84 em 21 de setembro de 2001, também como consequência dos ataques terroristas aos Estados Unidos. Medidas oportunas tomadas pelo Banco Central, desestimulando o "hedging" pelas empresas, conseguiram frear a especulação com a moeda. Colaboraram para isso também a melhora na balança comercial e a captação de recursos no exterior por empresas brasileiras — além do descolamento do Brasil da crise argentina, comprovado pela variação dos prêmios de risco para títulos da dívida externa dos dois países. Enquanto o "spread" argentino ultrapassa os 3 mil pontos, o do Brasil mantém-se abaixo dos mil. Como resultado, os recentes acontecimentos políticos e econômicos no país vizinho — renúncia do presidente Fernando de la Rúa e decretação de moratória para as dívidas externas — não refletiram no mercado cambial brasileiro. O regime de câmbio flutuante, posto à prova, funcionou. O dólar teve até um período de queda livre e agora está cotado a menos de R\$ 2,40.

O governo também conseguiu conter, em grande parte, o impacto da especulação cambial sobre os preços. A inflação medida pelo IPCA pôde fechar o ano em torno de 7,5%. No

acerto com o FMI, o governo havia previsto para 2001 uma taxa de 6%, com uma variação de dois pontos percentuais para mais ou para menos. A taxa ficou perto de limite superior, mas não houve um estouro inflacionário.

O resultado da balança comercial foi surpreendente em 2001. Em lugar de um déficit de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões previsto no início do ano, a balança vai fechar com um superávit em torno de US\$ 2,5 bilhões, fazendo com que o déficit em transações correntes fique abaixo de US\$ 24 bilhões.

Tiveram forte influência nesse saldo comercial a retração das importações e a taxa de câmbio elevada, mas é de notar que as exportações cresceram em face das condições da economia mundial, em retração, mostrando a capacidade de reação das empresas diante de um mercado interno em baixo crescimento.

Merecem destaque nas exportações brasileiras os agronegócios, com superávit de US\$ 18 bilhões, contra US\$ 14 bilhões registrados em 2000. O superávit comercial deve-se também a uma política agressiva de vendas ao exterior, que resultou na abertura de novos mercados na Europa Oriental, na África e no Oriente Médio. ■

Superávit na balança comercial deve-se ao desempenho dos agronegócios

A estabilidade econômica, a governabilidade, a competitividade e a solidariedade social convergem